

REINTERPRETAÇÃO DOS PAPEIS DEMOCRÁTICOS DA MÍDIA

Copyright © 2014
SBPjor / Associação
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

JAMES CURRAN
Universidade de Londres, Inglaterra

RESUMO - O jornalismo investigativo, de acordo com a teoria tradicional, tem a função de expor abusos de agentes públicos. Portanto, a mídia é vista como uma instituição fundamental para a democracia liberal. Neste artigo, examino exemplos do papel da mídia no Reino Unido, nos Estados Unidos e no Brasil, mostrando como a ampla cobertura nesses países chamou a atenção para a violência policial. O desafio para todos nós é descobrir o que deve ser mantido desta tradição e o que deve ser revisado ou rejeitado – e refletir sobre as implicações concretas dos resultados dessa reavaliação.

Palavras-chave: Democracia. Integração social. Conflito. Poder político.

REINTERPRETACIÓN DE LOS PAPELES DEMOCRÁTICOS DE LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN

RESUMO - El periodismo de investigación, de acuerdo con la teoría tradicional, tiene la función de revelar abusos de agentes públicos. Por ello, los medios de comunicación son considerados una institución fundamental para la democracia liberal. En este artículo se examinan ejemplos del papel de los medios en el Reino Unido, en los Estados Unidos y en Brasil, mostrando como la amplia cobertura en estos países ha atraído la atención hacia la violencia policial. El desafío para todos nosotros es descubrir qué se debe mantener de esa tradición y qué se debe revisar o rechazar, así como reflexionar sobre las implicaciones concretas de la reevaluación.

Palabras clave: Democracia. Integración social. Conflito. Poder político.

REINTERPRETING THE DEMOCRATIC ROLES OF THE MEDIA

ABSTRACT - Investigative journalism, according to traditional theory, has the task of exposing the abuses of public officials. Therefore, media has been seen as an institution central to liberal democracy. In this article, I examine examples of the role of media in United Kingdom, in United States of America and in Brazil showing how extensive media coverage in these countries drew attention to police violence. The challenge for all of us is to work out what should be retained from this tradition, and what should be revised or rejected and to think about the concrete implications of what results from our reappraisal.

Keywords: Democracy. Social integration. Conflict. Political power.

Em outubro de 2003, a BBC (British Broadcasting Corporation) transmitiu um documentário feito sob disfarce, *The Secret Policeman* (O policial secreto), que expunha o racismo na força policial britânica. Uma câmera oculta mostra, entre outras coisas, um recruta usando um capuz da Ku Klux Klan simulando – por prazer - o espancamento de um asiático. O programa foi visto por 5 milhões de pessoas, resultou na demissão de seis policiais e acarretou importantes análises dos procedimentos de treinamento e recrutamento dos policiais.

Tanto o governo quanto a polícia atacaram o programa antes da sua transmissão, com o Ministro do Interior, David Blunkett, declarando ser uma “pegadinha” com o objetivo de “criar, e não divulgar, uma história”¹. Ambos foram forçados a mudar de tática em resposta ao apelo público causado pelas divulgações do programa.

Esse foi um exemplo correto de uma organização de mídia contribuindo com o funcionamento saudável da democracia expondo abusos dentro da força policial. Ainda assim, não é nada comparado com o livro campeão de vendas escrito pelo notável jornalista brasileiro Caco Barcellos, expondo, em 1992, as atividades da Polícia Militar em São Paulo. Barcellos calculou que, dos 3.200 casos de pessoas oficialmente declaradas como tendo resistido à prisão em um período de vinte anos, apenas 28 sobreviveram. Aqueles assassinados eram, na maioria, negros e mestiços. Seu extermínio refletia uma política de tolerância zero sancionada oficialmente. O furor público criado por essas revelações acarretou importantes reformas e uma redução significativa na violência policial em São Paulo².

Durante o mesmo período, a mídia norte-americana também chamou atenção para a violência policial. Foi relatado que Rodney King, um motorista afro-americano, foi parado por excesso de velocidade, fugiu, foi apreendido e, em seguida, espancado por três policiais brancos de Los Angeles na frente de um sargento e outros dezessete oficiais. O evento, gravado por um cinegrafista amador, foi transmitido inúmeras vezes pela televisão dos EUA entre 1991 e 1992, e foi submetido a ampla cobertura jornalística do país³. A investigação da mídia revelou que o que aconteceu a Rodney King era parte de um problema maior. A cidade de Los Angeles gastou mais de US\$ 20 milhões entre 1986 e 1990 em julgamentos, acordos e sentenças contra policiais da cidade em 300 processos envolvendo uso excessivo de força. Uma investigação oficial da força policial foi iniciada, resultando na demissão do chefe de polícia de Los Angeles, Daryl Gates. No entanto, os três policiais envolvidos no espancamento

de Rodney King acabaram sendo absolvidos.

Menos famosa, mas, de certa maneira, mais impressionante, foi a investigação de Peter Karl sobre a polícia de Chicago em 1983. Foram seis meses de pesquisa, auxiliado por três estudantes de jornalismo, que resultaram em uma série de cinco partes, *Beating Justice* (A justiça que bate), transmitida pela afiliada de Chicago da NBC, Canal 5. O programa revelava casos de violência policial, incluindo o uso de marcador de gado eletrônico nos genitais do suspeito e na sua garganta, e um jovem de 21 anos que ficou tetraplégico depois de andar no carro da polícia⁴. Esses abusos foram cometidos por um pequeno grupo de policiais, a maioria sobre pessoas negras. E vinham sendo abafados, de acordo com Karl, através de acordos caros, extraoficiais, pagos ao longo de anos. A série atingiu 526.000 pessoas e se tornou um importante ponto de debate durante eleições locais. O chefe de polícia local pediu demissão, e o Escritório de Padrões Profissionais que inspecionava a polícia foi reformado⁵.

1 TEORIA TRADICIONAL

Todos esses exemplos inspiradores de jornalismo investigativo estão de acordo com a teoria tradicional da função democrática da mídia e ajudam a explicar seu constante apelo à nossa imaginação. Esta teoria proclama que a função primordial da mídia democrática é monitorar o Estado e proteger cidadãos contra o abuso tirânico desse poder.

A segunda função da mídia é alertar as pessoas mais genericamente sobre o que acontece no mundo e permitir que exercitem suas responsabilidades como cidadãos informados. De acordo com um célebre relatório da Comissão Real sobre a imprensa britânica (com bastante similaridade com o Relatório Hutchins nos EUA)⁶:

A Imprensa pode ser considerada [...] como a principal agência para instruir o público nas questões principais do dia [...]. A forma democrática da sociedade exige de seus membros uma participação ativa e inteligente nas questões da sua comunidade, quer seja local ou nacional. Ela assume que sejam suficientemente bem informados sobre as questões do cotidiano para serem capazes de formar julgamentos amplos exigidos por uma eleição e de manter, entre eleições, a vigilância necessária no sentido em que os governantes são seus servos, e não seus mestres⁷.

Além de fornecer um registro fiel de tudo que é importante, a mídia deve também oferecer uma plataforma para diferentes pontos

de vista. Ela deve, nas palavras da Comissão Real Britânica, “fornecer um fórum para a expressão e intercâmbio de opinião”⁸. Fornecendo, assim, informações e opiniões distintas, a mídia facilita o debate público. Isso resulta na formação da opinião pública sobre questões centrais de preocupação da sociedade.

De acordo com a teoria tradicional, a opinião pública deve influenciar a formulação e a aplicação de política governamental. A imprensa intercede para garantir que isso ocorra. A imprensa, como afirmou Thomas Carlyle em uma famosa passagem, é “um poder, um braço do governo, com peso inalienável na legislação”⁹. Ela fala para o povo nos corredores do poder e possibilita a supervisão do governo pela população.

Adeptos da teoria tradicional algumas vezes reconhecem que o governo também inicia políticas e comunica, através da imprensa, suas preocupações para o público. Isso inspirou alguns a concluir que a imprensa deveria ser realmente vista como um canal de duas vias de comunicação e influência entre o governo e os governados. No entanto, esta posição argumenta, com frequência, que a imprensa está – ou, pelo menos, deveria estar – predominantemente ao lado do público nesse relacionamento de reciprocidade.

2 TEORIA FOSSILIZADA

Este modelo celebra a capacitação dos indivíduos pela mídia. Os indivíduos são protegidos; informados; reconstituídos como um organismo público na forma da opinião pública; e representados pela autoridade. A teoria coloca, assim, a mídia no centro do palco, banhada por uma luz heroica, como a instituição central para a intermediação da democracia liberal.

Essa maneira de pensar continua a ser bastante influente. Ela gera muita discussão acadêmica sobre o funcionamento democrático da mídia¹⁰. É reproduzida em incontáveis editoriais autocomplacentes. De fato, algo muito próximo desse modelo tradicionalista pode ser encontrado no centro do alardeado estudo feito pelo filósofo político alemão, Jurgen Habermas¹¹, e em muitas das publicações sobre mídia e a esfera pública que inspirou¹².

Por que, então, essa teoria tradicional parece tão virtuosa, tão fossilizada, tão distante da realidade da vida contemporânea? Um motivo é que reduz a importância do papel dos grupos sociais, partidos políticos, sociedade civil, ideologia e globalização. Ela

parece desconectada de um entendimento de como a democracia contemporânea funciona.

Um segundo motivo é estar pouco preocupada com jornalismo político. Tem pouco a dizer sobre ficção e entretenimento; na verdade, sobre a massa de informações consumida pela maioria das pessoas, na maior parte do tempo. Ela não oferece pistas, por exemplo, sobre como devemos pensar sobre o funcionamento democrático de uma novela de televisão.

De fato, muito da sua tradição parece emoldurada por um passado que não mantém relação com o presente. Sua concepção antiquada da política como sendo formada pelo Estado, cidadãos e opinião pública é originária do pensamento do final do século dezoito¹³. Sua preocupação com jornalismo político também data do século dezoito, quando o meio “democrático” dominante era a imprensa política de elite. Seu foco limitado no indivíduo foi reforçado nos Estados Unidos pela idealização, durante a era Progressista, do “cidadão informado” como o pilar da democracia¹⁴.

Somos deixados, assim, como um legado valioso, porém anacrônico. Tem boas ideias, mas também “shibboleths”. Talvez isso responda pelo crescente incômodo com que é vista em várias publicações atuais¹⁵. Ainda assim, nenhum substituto adequado apareceu. O desafio para todos nós é descobrir o que deve ser mantido desta tradição e o que deve ser revisado ou rejeitado – e refletir sobre as implicações concretas dos resultados dessa reavaliação.

3 MONITORAÇÃO DO PODER

O elemento da teoria tradicional mais bem preservado é a concepção do papel de cão de guarda da mídia. E, mesmo aqui, uma questão pode ser levantada para uma modesta revisão.

Relatos tradicionais argumentam que os jornalistas deveriam remover o véu que encobre agentes públicos e expor os abusos de autoridade. O Estado deve ser o objeto principal de vigilância da imprensa, pois tem o monopólio da violência legitimada e é onde o poder repousa.

Embora haja algum mérito neste argumento, ele pode acarretar uma concentração indevida de poder político institucionalizado e negligenciar outras formas de poder – econômico, social e cultural – que também pode ferir e restringir. Uma alternativa melhor é que a imprensa mantenha a vigilância crítica de todas as áreas da vida.

O foco tradicional no Estado nacional também falha no registro do seu declínio. O poder do governo nacional, especialmente em questões econômicas, foi desgastado pelo surgimento de quatro importantes atores: agências reguladoras internacionais (como a Organização Mundial do Comércio), estruturas continentais e arranjos comerciais (como a União Europeia), mercados financeiros globais e corporações transnacionais. Isso fez surgir um novo “sistema de governança de várias camadas” que é significativamente diferente do antigo sistema de estado-nação¹⁶. O rastreamento tradicional do cão de guarda do governo nacional falha ao não perceber que o poder mundial está mudando. Como consequência, não está dando a este novo sistema de poder seu peso devido.

Sérios obstáculos aparecem no caminho de um ajuste necessário. Com algumas poucas exceções (como CNN e Al-Jazeera), a mídia atende a públicos nacionais ou locais. Elas são organizadas de maneira adequada para uma época mais simples, mas não para a era da globalização.

A abordagem tradicional também coloca uma carga extra sobre o jornalista. A mitologia formativa do jornalismo investigativo é a do herói intrépido e solitário, revelando a verdade depois de meses de uma árdua investigação. E como apontam alguns estudos sociológicos desmistificadores, o jornalismo investigativo – incluindo a genuinamente heroica exposição do escândalo de Watergate que derrubou o Presidente Nixon¹⁷ – é mais bem entendido como um “jornalismo de coalizão”, no qual os jornalistas trabalham junto com outros atores para quebrar e narrar uma história¹⁸. O papel do cão de guarda da imprensa talvez seja mais o de mediador de recursos investigativos de uma sociedade livre – seus informantes, membros da elite dissidente, cães de guarda da sociedade civil, grupos de pesquisa independentes e pesquisadores críticos – do que o de um substituto para eles. Isso torna o jornalismo investigativo mais viável, em um momento em que os cortes de orçamento e a alteração de prioridades estão, com frequência, dificultando-o.

4 REPRESENTAÇÃO ATRAVÉS DO JORNALISMO PARTIDÁRIO

Uma reavaliação mais abrangente é necessária com relação ao restante da teoria tradicional. Como ela aparece de formas ligeiramente diferentes, é válido oferecer aqui uma exposição mais completa da sua versão “clássica”. Sua alegação fundamental é que

a provisão de informações e o debate pela mídia possibilitam o surgimento de um consenso público que guia os rumos da sociedade. A mídia permite que as pessoas formulem as metas acordadas da sociedade e garantam sua implementação pelo governo com a ajuda da representação do “quarto poder”.

Esta alegação é baseada parcialmente na consideração de que há uma unidade de interesse subjacente na sociedade. O debate racional, apoiado pelo conhecimento e boa vontade, permite que esse interesse comum seja identificado. O papel da imprensa, portanto, é fornecer o conhecimento necessário sobre as questões públicas e debate racional sobre sua conduta, permitindo aos cidadãos atingirem um entendimento comum sobre o interesse público. Esta tradição sustenta, assim, o ideal de jornalismo abrangente, objetivo e imparcial como a regra de ouro à qual os jornalistas devem aspirar. Também vê com hostilidade a expansão da mídia de entretenimento, considerada uma distração da atividade séria dos políticos e de autogoverno. A mídia de entretenimento também é considerada como estando fora do domínio do debate racional, pois não é sustentada pelas e vinculada às regras da lógica formal. Enquanto nos divertimos, a democracia fica debilitada pela falta de informações e de razão.

Essa tradição está baseada em várias considerações. A primeira delas é a crença na harmonia social subjacente da sociedade. O conflito é endêmico na política, pois há diferenças reais de interesse entre grupos sociais sobre como as oportunidades de vida, recursos públicos e recompensas devem ser distribuídos na sociedade. As diferenças políticas também podem expressar entendimentos divergentes daquilo que constitui uma boa sociedade baseada em valores sociais irreconciliáveis. A política democrática trata da expressão e gerenciamento de conflitos *reais* na sociedade. Esses conflitos não podem simplesmente desaparecer pelo exercício da razão.

O conflito político também pode ser saudável. O poder de persuadir é distribuído de maneira não uniforme na sociedade, pois os favorecidos tendem a ter mais recursos culturais, sociais e, sobretudo, financeiros que os desfavorecidos. Aqueles estão em uma posição melhor para apresentar seus interesses parciais como sendo o interesse de todos e de gerar suporte a políticas públicas e arranjos sociais que os favoreçam. Nessas circunstâncias, o questionamento pode ser positivo para suas alegações e para que a disposição dominante de recompensas esteja sujeita ao desafio e ao debate agressivos.

A expressão de conflito através da mídia é positiva e deve

ser estimulada por outros motivos. Ela reflete um compromisso com a livre expressão e o reconhecimento do valor do dissenso que repousa no coração das sociedades livres¹⁹. Pode conduzir a resultados melhores, informados por um entendimento aperfeiçoado de alegações alternativas e uma disposição para aceitar trocas. Pode ajudar a sociedade a se adaptar à mudança. A expressão do conflito gera virtudes republicanas: independência crítica e desconfiança da autoridade. Porém, talvez, um ponto chave a enfatizar é que o conflito é potencialmente libertador. As pessoas não sabem, instintivamente, onde estão seus próprios interesses. Esse conhecimento não surge já pronto da experiência social ou da posição de classe. A exposição ao argumento contrário ajuda grupos desfavorecidos a explorar criticamente o que lhes serve melhor – a primeira etapa para o avanço de seus interesses. O partidarismo político também pode liberar – em determinadas circunstâncias²⁰ – as forças vitais do sistema democrático e elevar o nível da participação e do envolvimento político.

Esta abordagem vê o jornalismo partidário como fazendo uma importante contribuição para o funcionamento da democracia, pois alimenta a chama do conflito. Ele oferece uma maneira na qual a realidade pode ser interpretada do ponto de vista de grupos sociais e políticos diferentes, no lugar de um simples ponto de divulgação de tópicos e eventos que são apresentados de maneira desconexa e fora de contexto. A força do jornalismo partidário é que ele acrescenta à soma das explicações de questões públicas. Acima de tudo, ele torna a representação da imprensa significativa. Ele faz avançar a apresentação pública de diferentes preocupações e soluções seccionais e facilita a mobilização de pressão para uma resposta política. No entanto, isso pressupõe que o partidarismo da imprensa engajada reflete um amplo espectro de perspectivas e interesses do grupo. Ela precisa ser pluralista, sem desvio para uma direção específica.

A mídia partidária convencional, ainda proeminente na Europa, está vinculada a um partido político ou grupo social. Há também a mídia vinculada à defesa de uma causa específica ou organização de uma única causa. Ambas as formas de jornalismo adversário podem fortalecer a infraestrutura da democracia. Elas podem criar um espaço no qual os membros e apoiadores de uma organização são capazes de debater, desenvolver novas propostas e sustentar um senso de propósito e direção. Elas também podem auxiliar organizações democráticas a recrutar novo suporte, relatar suas preocupações para um público mais amplo e mobilizar a

pressão para uma resposta do governo. Em outras palavras, o papel de representante da imprensa deveria incluir tornar a sociedade civil mais eficiente e representativa.

Há duas áreas fracas da vida democrática precisando do rejuvenescimento da mídia. Uma é o sistema partidário em declínio (ainda desempenhando um papel central na agregação de interesses, distribuição de custos e definição de escolhas eleitorais), e a outra é o subdesenvolvimento da sociedade civil global. A Internet, com baixos custos operacionais e capaz de facilitar a comunicação interativa, oferece uma maneira de mobilizar energia e envolvimento de base no sistema partidário, a julgar das eleições primárias do Partido Democrático de 2004. A Internet também está desempenhando um papel essencial na promoção do ativismo global²¹ e na ajuda para a criação de uma sociedade civil global²².

A maior parte da mídia partidária ou de defesa opera dentro de determinadas restrições. Seus jornalistas são, em vários níveis, propagandistas trabalhando em prol de uma causa, grupo social ou partido. Dentro do cânon do jornalismo adversário, o livre espírito também precisa estar presente: colunistas, documentaristas, comediantes de stand-up políticos, escritores, que, de maneira individual e idiossincrática, buscam sua interpretação do mundo. Dentro dessa tradição, há uma linha de documentários que busca “relatar o que significa ser pobre em meio aos ricos, faminto entre os bem-alimentados, doente entre os saudáveis [...] não ser ouvido, nunca [...] em uma sociedade ruidosa com tantas mensagens”²³. A democracia se beneficia com jornalistas do tipo de Studs Terkel, que serve aos não organizados e não representados.

5 CONCILIAÇÃO ATRAVÉS DO JORNALISMO EQUILIBRADO

O papel democrático da mídia acarreta assim o fortalecimento dos agrupamentos organizados da sociedade civil e do sistema político. Ela se beneficia da adoção de uma linguagem de partidarismo e diferença, pois essas são maneiras de excitar, envolver e mobilizar pessoas nos trabalhos democráticos. A mídia também precisa estar envolvida na limitação do conflito e na promoção da busca pelo entendimento.

Vários exemplos apontam para os perigos dos conflitos seccionais—quer sejam étnicos, religiosos ou de classe—transformando-

se em violência e resultando em atrocidades ou mesmo programas de extermínio. Intolerâncias banais também podem ser incorporadas a sociedades sectárias e incapacitar o processo político, como é o caso da Irlanda do Norte dominada pelos protestantes. Uma forma mecânica de limitar a animosidade do grupo, passível de resultar em violência física real, é impor limites sobre a liberdade de expressão por meio de lei antirracismo. No entanto, a abordagem mais positiva e construtiva é estabelecer dentro do sistema de mídia estruturas e percepções que promovam a conciliação.

Isso parece representar uma contradição. Como pode o sistema de mídia simultaneamente promover tanto o conflito quando a conciliação? A resposta é que a mídia não é uma entidade única. Deve haver uma divisão de mão-de-obra na qual diferentes setores da mídia têm diferentes papéis, conectam-se à sociedade de maneiras diferentes, praticam formas diferentes de jornalismo e fazem contribuições diferentes ao funcionamento do sistema democrático.

O setor central da mídia – seus canais de televisão de massa e, em muitos países, jornais diários de monopólios locais – são os pontos principais de união da sociedade em que diferentes grupos sociais são colocados em comunhão um com outro. Essa mídia central define a situação: deve permitir que pontos de vista e interesses divergentes sejam apresentados em debate recíproco e alerta a sociedade geral para os problemas e soluções de grupos minoritários. A norma do jornalismo praticado por esse setor central deveria ser aquela do jornalismo equilibrado, tipificado pelo relato de diferentes pontos de vista expressos por porta-vozes dos grupos oponentes. Suas manchetes e discussões em estúdio também devem fornecer um fórum de debate aberto para as diferentes opiniões.

Este setor central também é inicialmente responsável por informar o público. Deve oferecer cobertura precisa e inteligente das notícias. Crucialmente, isso significa relatar não apenas os grandes eventos, mas também as questões e os problemas que os causaram. Isso significa examinar causas e consequências, não apenas acontecimentos. Como defende corretamente o Relatório Hutchins, significa relatar “os eventos do dia em um contexto que lhes dê significado”²⁴.

Há três razões principais para que os recursos e a proeminência adequados devam ser dados, na mídia central, à informação do público. As pessoas precisam ser informadas para que as democracias funcionem sem uma venda: as pessoas precisam saber em quem e

no que estão votando. As pessoas precisam de informações para exercer influência: o público mantido na ignorância não tem poder. As democracias também são sistemas de poder não centralizado que implicam direitos e responsabilidades. Aqui está incluída a obrigação de ser informado sobre importantes decisões tomadas com autoridade democrática. Por exemplo, membros de uma democracia que declara a guerra contra outro país devem saber, entre outras coisas, onde fica esse país, se os motivos para a guerra são justificados, quantos civis estão sendo mortos pelas forças armadas e quais medidas estão sendo tomadas para beneficiar o país invadido no caso de uma ocupação. A democracia que perde a capacidade de ser informada sobre o que é certo se torna uma ameaça para o restante do mundo.

Se uma parte do sistema de mídia promove a discórdia, a diferença e o ativismo, é desejável que o setor central seja uma força estabilizadora. Ele deve sustentar uma cultura de “democracia civil” desenvolvida para promover conciliação e comprometimento. Isso pode ser resumido em termos de seis normas ou valores: *civilidade*, uma maneira de expressar o desacordo que não busque deslegitimar ou marginalizar oponentes através de ataque pessoal; *empatia*, um desejo de compreender outros grupos através de um entendimento empático; *mutualidade*, um sentimento de estar conectado à sociedade e estar preocupado com o bem-estar de outros; um compromisso com o ideal de *objetividade*, que é a busca compartilhada da verdade e não de uma defesa cínica daquilo que favorece uma conclusão prévia; uma orientação de *benefício público* que reconhece que “a vantagem que eu levo” não é o objetivo central de uma discussão pública; *eficácia democrática*, uma crença de que a ação coletiva através do Estado pode atingir metas várias que não seriam atingidas por um esforço individual apenas. Além disso, a mídia central deveria promover a *integração social* através da ênfase em um sentido compartilhado de humanidade, uma identidade comum, um senso de inclusão histórico e memória coletiva e valores compartilhados.

A mídia central deveria também promover a conciliação, dando suporte a rituais e procedimentos do sistema democrático. O mais importante entre eles são as eleições. A mídia dominante deveria mobilizar as pessoas a votar, dando destaque às campanhas eleitorais. Também é desejável que a mídia cubra as eleições como momentos significantes na determinação coletiva da sociedade, destacando as escolhas políticas envolvidas, em vez de noticiá-las como uma corrida de cavalos (ou uma batalha de estrategistas

rivais) montada para o entretenimento de uma plateia indiferente. Eleições com baixa participação ou sem valorização enfraquecem a legitimidade do governo democrático e deixam de ser eventos fundamentais na vida pública coletiva da sociedade. Também é importante que os representantes da oposição sejam devidamente descritos entre eleições, tanto no interesse de manter um diálogo público sobre a direção da sociedade, quanto também para garantir que os “perdedores” não se sintam marginalizados.

Em resumo, um defeito central da teoria tradicional é que ela ignora a natureza altamente diferenciada dos sistemas de mídia contemporâneos. Em vez de pensar na mídia como uma instituição unitária, faz mais sentido reconhecer que os diferentes setores e estilos de jornalismo contribuem de formas diferentes para o processo democrático. Como essas partes diferentes contribuem varia, até certo ponto, entre países e com o tempo. Assim, o papel integrador do setor de mídia central está sendo desgastado em vários países. O crescimento no número de canais de televisão está subdividindo o público de televisão de massa e enfraquecendo a capacidade dessa televisão de apresentar debates coletivos, que reúnam grupos divergentes em um processo inclusivo e conciliatório – porém não no nível que normalmente se reivindica²⁵. Alguns monopólios de jornais diários estão tomando partido das áreas ricas nas comunidades locais, pois atraem maior receita publicitária do que a de leitores de baixa renda²⁶. Isso reduz a capacidade desses jornais de gerar um diálogo inclusivo.

Se essas tendências permanecerem, a mídia central perderá a eficácia. Seu trabalho de promoção de uma cultura política de concessão e estímulo de uma medida de acordo prévio dentro da esfera pública deverá ser suportado, cada vez mais, por um sistema governamental. Isso tornará o governo democrático mais difícil²⁷.

6 FLUXOS MULTIDIRECIONAIS

A mídia torna os caminhos intrincados que conectam as partes constituintes do sistema democrático possíveis. Assim, o jornalismo de prestígio toma a forma de um diálogo horizontal entre as elites²⁸, enquanto os jornais periódicos políticos radicais na Europa frequentemente fornecem uma ponte entre intelectuais patrocinados pelo Estado, agentes públicos radicais e o público ativo. A mídia fornece, em geral, elos múltiplos entre partidos políticos, sociedade civil, público sectário, público de massa e instituições

públicas. Elas também articulam grupos sociais importantes (como as classes sociais) e grupos subculturais (como grupos de jovens) para o sistema de representação e governo. Em vez de conceber a mídia em termos tradicionais como um canal vertical de comunicação entre cidadãos privados e o governo, faz mais sentido enxergar a mídia como geradora de fluxos multidirecionais de comunicação e influência dentro do sistema democrático.

Para complicar as coisas ainda mais, o sistema de mídia também é um condutor de comunicação entre diferentes espaços: globais, continentais, nacionais, regionais e locais. Dessa forma, a organização ambiental Greenpeace utilizou sistemas televisivos nacionais em todo o mundo para mobilizar um protesto internacional contra os testes nucleares franceses no Pacífico e o derramamento proposto da plataforma petrolífera Brent Spar da Shell, no Atlântico, durante os anos 1990²⁹. Similarmente, grupos de minoria acossados – dissidentes zapatistas no México³⁰ e os Falung Gong na China³¹ – usaram a internet e outras mídias para conquistar apoio internacional. Todos os três casos ilustram a forma pela qual a mídia pode forjar novas solidariedades no espaço, de tal forma que influenciou tanto a política nacional quanto a internacional.

Os múltiplos fluxos de comunicação e influência gerados pela mídia devem facilitar o funcionamento do sistema democrático de certas maneiras importantes. Elas podem ser resumidas como sustentadoras de níveis adequados de informações e participação políticas; fortalecedoras da sociedade civil e do sistema representativo; facilitadoras da construção de coalizões e forjando comunidades de identidade; apoiando a coordenação e capacidade de resposta do sistema democrático e sustentando uma cultura de democracia.

7 DIMENSÕES POLÍTICAS DO ENTRETENIMENTO

A teoria tradicional está equivocada em excluir conteúdo de mídia “não político” de seu entendimento de processos democráticos. Narrativas ficcionais e entretenimento podem influenciar com quem as pessoas se identificam, seu entendimento da sociedade e onde elas sentem que se encaixam melhor. Isso pode afetar profundamente a política das pessoas. Se as pessoas se definem, por exemplo, em termos de nacionalidade, localidade, etnia, gênero, religião, geração, classe ou orientação sexual, e como elas articulam esses diferentes elementos, normalmente exerce uma influência importante em quem

elas se tornam em termos “políticos”.

Há uma enorme evidência de que o consumo de mídia popular está ligado à identidade social. Assim, as tendências culturais de adolescentes são frequentemente formas de expressar um desejo de pertencer a um grupo em particular, e de excluir outros³². O estilo subcultural, expresso em música e roupas, pode envolver uma complexa negociação de pressões exercidas pelos pais e contemporâneos, de fontes competidoras de identidade e até de mudança de vizinhança e memória popular, de maneira que podem levar pessoas para um lado ou para outro³³. A dramatização online oferece uma forma pela qual alguns exploram quem são, e o que significa ser outra pessoa, com implicações na política de identidade³⁴.

O consumo de mídia também pode estar ligado com a forma como os grupos sociais definem – e também redefinem – a si mesmos e suas relações com os outros. O consumo de mídia altamente estratificado sustentou uma identidade de classe forte que apoiou historicamente a ascensão política do movimento trabalhista³⁵. O movimento “black is beautiful”, refletido na cultura étnica popular no final dos anos 60 e anos 70, alavancou a rejeição de uma cultura parental de “respeitabilidade” e sustentou mais campanhas políticas militantes por direitos iguais por uma nova geração³⁶. Filmes, romances, jornalismo e até a ficção televisiva gay também deram expressão a um coletivo, um movimento “gay é bom” cada vez mais confiante que confrontou a homofobia e influenciou significativamente as atitudes públicas e a legislação em diversos países³⁷.

De fato, os grupos sociais transmitem seus valores para outros parcialmente através do entretenimento. Assim, a classe trabalhista organizada influenciou de forma significativa a cultura da Europa. Isso encontra expressão – e apoio – nos valores democráticos sociais da novela de televisão europeia ocidental. Isso está geralmente localizado nas definições da classe trabalhista, evoca um forte senso de comunidade e enfatiza a solidariedade e a preocupação com os outros e a defesa dos direitos humanos³⁸. Grupos sociais também ganham visibilidade ou status aprimorado através da ficção de mídia. A posição melhorada das mulheres, minorias sexuais e étnicas durante os últimos trinta anos avançou com mudanças em sua representação ficcional³⁹.

É, portanto, difícil entender por que se tornou uma convenção excluir a mídia de entretenimento da discussão do papel democrático da mídia. A política e a mídia de entretenimento estão

claramente interconectadas. Isso se torna ainda mais aparente se entendimentos convencionais do que é “político” e o que constitui uma “autorregulamentação” são questionados.

8 AUTORREGULAMENTAÇÃO

A autorregulamentação não está confinada às eleições e à participação na vida política da sociedade. Não se trata apenas de como fazer e aplicar a lei, a administração pública e a entrega de serviços públicos. Também envolve as normas públicas informais baseadas em autorregulamentação. Essas são as prescrições, convenções e expectativas tácitas que guiam como nós agimos – se ficamos na fila ou passamos na frente, como cumprimos certos papéis sociais (por exemplo, como pais ou filhos), o que sentimos como um comportamento adequado em uma miríade de situações. Essas normas são, em um sentido amplo, coletivamente alcançadas, mantidas e aplicadas. Elas são adquiridas através de uma socialização prévia, internalizadas e apoiadas por meio de uma interação social. Elas estão também sujeitas a uma revisão periódica e podem enfraquecer ou fortalecer ao longo do tempo.

As mídias estão interligadas com a aplicação das normas. Assim, todo um gênero de conteúdo popular na televisão, revistas e jornais (geralmente ligados a um relatório de processos judiciais) é sobre uma transgressão moral e social⁴⁰. Ele regularmente faz distinção entre o bem e o mal e estabelece diretrizes sobre o que é um comportamento aceitável e inaceitável, através de um exemplo concreto. Por exemplo, o *Daily Mail* (um jornal nacional britânico com uma circulação de mais de dois milhões de exemplares) dedicou um artigo de duas páginas em 2003 a uma mulher até então desconhecida, Kim Marsham, sob a manchete “Essa é a mãe mais egoísta da Grã-Bretanha?”. Kim Marsham, foi dito, saiu para uma viagem de férias internacionais com seu namorado deixando seus cinco filhos pequenos em casa⁴¹. Ela deixou um bilhete, de forma casual, pedindo para sua vizinha cuidar de seus filhos. A vizinha, na verdade, não estava em casa no momento, e os filhos desamparados de Kim Marsham foram levados para o cuidado temporário do conselho tutelar local.

A reportagem do *Daily Mail* condenou a mãe por sua “moral aterradora e sua negligência familiar”. O jornal também citou comentários sobre Kim Marsham feitos por seus vizinhos,

ex-namorados e os assim chamados “amigos” que transmitiram vividamente a impressão de uma mulher imoral e displicente. Kim Marsham, foi revelado, havia tido seis filhos com quatro homens diferentes. “Totalmente desprovida de qualquer senso de responsabilidade”, de acordo com a reportagem, “ela vive de benefícios e recebe ajuda do Estado como seu sustento. Ela engravidou repetidamente nas circunstâncias mais desesperadoras”. A indignação moral dos leitores foi engenhosamente engendrada através do contraste construído entre a terrível e desconcertante provação de seus filhos banhada em lágrimas e a irresponsabilidade de Kim Marsham em sua busca por prazeres, capturada por uma fotografia imensa dela tranquila e feliz com seu namorado na Gran Canaria, além de um acúmulo de detalhes (“jantando bife e batatas fritas toda noite” de férias).

Kim Marsham foi colocada no equivalente simbólico do tronco no qual o abuso – e não a comida apodrecida – foi jogado em seu rosto. Contudo, se algumas mídias populares reforçam as normas públicas através da degradação, outras se engajam na discussão. Programas de entrevistas televisivos como *Kilroy* e *Trisha*, na Grã-Bretanha, ou *Oprah Winfrey*, nos Estados Unidos, tiveram impacto parcial porque permitem que os “transgressores” rebatem e possibilitam que o público na plateia se junte à discussão. É fácil imaginar intuitivamente, por exemplo, como Kim Marsham poderia ter se saído melhor nesses meios mais democráticos. Ela poderia ter alegado circunstâncias atenuantes (e, assim, tacitamente mantido a norma de dever parental): ela era uma boa mãe, sob stress, que pensou que sua vizinha a ajudaria. Alternativamente, ela poderia ter contestado a aplicação das normas: pais ausentes também não têm um dever de cuidado? Ou, menos provavelmente, ela poderia ter desafiado a norma de dever parental, dizendo que o prazer vem primeiro.

Programas de entrevistas confessionais permitem assim que normas públicas sejam avaliadas através da discussão pública. Eles tornam mais transparente, através de programas melodramáticos, condensados e coreografados, um processo que ocorre a todo o tempo na mídia: o exame, a análise, o fortalecimento ou o enfraquecimento coletivo de normas através do debate público. A diferença é que esse diálogo é disperso em programas, filmes e outros incontáveis meios e ocorre ao longo do tempo. Às vezes é fácil reconhecer por que ele se torna uma

“guerra cultural”, quando um grupo subcultural lança um ataque efetivo a um conjunto estabelecido de normas, impelindo outros a contra-atacar. Há uma longa história de conflito normativo entre os libertários sociais e os cristãos fundamentalistas, entre feministas e tradicionalistas e, de fato, entre representantes de diferentes gerações, nas quais grupos opostos competem pelo apoio popular. Essas competições são mediadas através da ficção televisiva, filmes e jornalismo de consumo⁴², não simplesmente na arena política.

O conteúdo de mídia que é frequentemente atacado como um desvio de questões sérias de política e obrigações da vida pública – jornalismo “suave”, programas de entrevistas “estranhos”, ficção “estereotipada” – podem assim ser vistos como sendo parte de um diálogo público que guia um sistema informal de “autorregulamentação” baseado em normas públicas. É parte da forma pela qual a sociedade fala sobre seus processos sociais comuns e as regras que os regem. É também uma forma importante pela qual as normas sociais são desafiadas e modificadas, possibilitando que a sociedade se adapte e mude. Os temas centrais de debates normativos conduzidos através da ficção podem também influenciar o mundo formal da política – seus discursos, políticas, leis, até mesmo entendimentos a respeito do que a política deveria tratar.

A lógica dessa reavaliação aponta, portanto, para a necessidade de incluir o entretenimento em nosso entendimento do papel democrático da mídia. Amplamente falando, os mesmos argumentos que foram apresentados em relação ao jornalismo se aplicam também ao conteúdo de mídia não factual. É desejável que grupos subculturais importantes tenham os recursos de comunicação necessários para explorar e formular sua preocupação e comunicá-las a outros, e que essas preocupações sejam tratadas e debatidas pela sociedade como um todo através da mídia de massa. O equivalente de uma cultura de democracia civil detalhada anteriormente deve também informar esse debate mais amplo. Uma das características centrais é que “outros” grupos devem ser retratados com entendimento em vez de desdém mal-intencionado. O argumento humanista do Relatório Hutchins, escrito há mais de meio século, é especialmente aplicável no contexto contemporâneo de tensão crescente entre o Islã e o Ocidente cristão:

“A verdade sobre qualquer grupo social, embora não deva

excluir suas fraquezas e vícios, inclui também o reconhecimento de seus valores, suas aspirações e sua humanidade comum. [...] Se as pessoas são expostas à verdade interior da vida de um grupo específico, elas construirão gradualmente entendimento e respeito por ele⁴³.”

Porém, embora a mídia não factual cumpra um papel democrático, ela não fornece um substituto para um debate político. As decisões mais importantes enfrentadas pela sociedade e as transformações sociais mais importantes envolvem ação de alguma forma por parte do Estado. As melhorias na posição das mulheres que ocorreram nos últimos quarenta anos, por exemplo, foram possíveis não apenas através das mudanças na economia e nas normas de gênero, mas também através de legislações de direitos igualitários. Dada a importância contínua do Estado na vida de todas as sociedades modernas, deve haver uma forma de responsabilizá-lo e aproveitar seu poder para o benefício da sociedade. Isso requer não só eleições periódicas, mas também uma infraestrutura democrática e um público informado e participativo, com o conhecimento e os recursos necessários para exercer o controle eficaz. Nas palavras sucintas do teórico político americano Alexander Meiklejohn: “autogoverno não faz sentido, a menos que o ‘auto’ que governa esteja apto e determinado a colocar sua vontade em prática⁴⁴”.

A prática da política também envolve a transferência de conhecimento para o domínio público, a ser debatida e avaliada em fórum democrático. Isso requer espaços apropriados, nos quais informações relevantes podem ser avaliadas. As arenas explicitamente políticas de debate de mídia – reportagens, discussões em estúdio, recursos editoriais – fornecem contextos mais adequados do que novelas para debater, afirmar, por à prova e discutir opções. Eles permitem que pessoas pensem sobre alternativas, soluções e consequências, como formas distintas de se engajar em um debate sobre valores sociais expressos pelas interações de atores em um drama. Uma dieta baseada exclusivamente em entretenimento – mesmo entretenimento com alto nível de proteína para um diálogo aberto e ideias cativantes – produz uma democracia anoréxica e anêmica.

9 TENSÃO ENTRE MERCADO E DEMOCRACIA

A questão – o que a democracia requer? – é respondida por alguns com simplicidade gritante: apenas mídia de livre mercado. Ao ancorar a mídia ao mercado, é discutido que a mídia se torna livre do governo e responsável perante as pessoas. Apenas nessas circunstâncias a mídia pode cumprir seu propósito democrático.

Qualquer forma de intervenção pública (exceto leis de mídia de “toque leve” protegendo direitos humanos), embora bem intencionada, subverte o funcionamento democrático da mídia. “Eu não consigo imaginar”, escreve o professor norte-americano de jornalismo Carl Stepp, “qualquer tipo de regulamentação de conteúdo, embora indireta, que não projete o governo em uma posição de favorecer ou desfavorecer algumas perspectivas e informações em relação a outras. Mesmo os chamados passos estruturais direcionados para a abertura de canais para uma expressão mais livre colocaria o governo em um papel intolerável de superguardião⁴⁵”. Essa posição descarta – por uma questão de princípio inflexível – quase todas as reformas progressistas da mídia provadas em todo o mundo durante o século vinte.

Essa posição é potencialmente reforçada por outras considerações. Novas tecnologias de comunicação – particularmente cabo, satélite e Internet – aumentaram a diversidade da mídia e reverteram em alguns setores a tendência em direção à concentração aumentada da propriedade de mídia⁴⁶. Também é defendido eloquentemente que o escaneamento altamente seletivo de notícias a fim de filtrar o que é relevante e importante acarreta um uso mais racional do tempo, quando o prazer privado assim o deseja, do que se tornar um viciado em notícias⁴⁷. O papel principal da mídia popular é, portanto, ativar um alarme se algo der errado⁴⁸. Esses dois últimos argumentos reduzem tanto o que a democracia necessita quanto o que ela requer da mídia. Eles podem ser lidos como uma acomodação sofisticada para o que outros veem como defeitos acumulativos nos sistemas midiáticos e democráticos norte-americanos⁴⁹.

Contudo, qualquer que seja a visão a ser adotada, uma tensão existe entre as necessidades da democracia e as necessidades do mercado. Essa tensão está sendo resolvida cada vez mais por mudanças de última hora na democracia. Tome-se como exemplo o papel da mídia como um monitor do poder do Estado, que a

maioria das pessoas concorda ser uma das funções democráticas da mídia. É um negócio caro, que consome tempo, geralmente atraindo apenas um pequeno público. Pode ser desejável, mas não é muito lucrativo. Isso tem feito com que algumas organizações cada vez mais baseadas no mercado reduzam seu jornalismo investigativo ou tentem popularizá-lo, enfocando em crime e no que afeta o bolso das pessoas (como mecânicos de automóveis e encanadores desonestos). Essa última estratégia foi usada pelo principal canal televisivo comercial na Grã-Bretanha quando, seguindo o Broadcasting Act de 1990, tornou-se sujeito a menor regulamentação pública de serviço. Um novo Diretor de Programas, Paul Jackson, alertou, em 1992, que se o programa semanal de jornalismo investigativo de liderança, *World in Action*, descobrisse “três ou mais erros judiciais graves mantendo um público de três, quatro ou cinco milhões, o programa seria cancelado. Não faz parte da ITV tirar pessoas da cadeia⁵⁰.” A série foi devidamente cortada e houve, entre 1989 e 1998, uma dramática redução do jornalismo investigativo da ITV a respeito do abuso do poder do Estado⁵¹.

Há também um acordo geral de que a mídia deve servir a democracia ao oferecer informações sobre assuntos públicos. Entretanto, esse tipo de informação possui apenas um pequeno mercado. A solução para esse problema na Grã-Bretanha é classificar: jornais nacionais populares (respondendo por três de cada quatro vendas) dedicam menos de 20 por cento de seu conteúdo editorial a assuntos públicos⁵². A solução escolhida pela TV local norte-americana nos anos 90 foi dar destaque para o crime porque era barato e popular (especialmente se incluísse drama de interesse humano, perseguições de carro ou contivesse ingredientes que aumentassem o medo ou a indignação). Contudo, o efeito dessa estratégia de mercado sensata foi de desinformar. Grandes doses noturnas de crime local fizeram com que um crescente número de pessoas pensasse que a criminalidade era o maior problema dos Estados Unidos, mesmo em um momento em que o crime estava, na verdade, diminuindo⁵³. Isso também promoveu percepções simplificadas ou errôneas de crimes que encorajaram a animosidade racial⁵⁴.

Uma forte questão pode ser estabelecida baseada no princípio de que o partidarismo estende a diversidade da mídia e contribui para o funcionamento da democracia. Contudo, os mercados, distorcidos pelos custos iniciais e oligopólio, podem

resultar em uma liderança não representativa da mídia. Isso pode fazer com que a mídia seja fortemente enviesada para o direito do público, como é o caso da imprensa de jornais em vários países da América Latina, Europa e Ásia⁵⁵. A concentração de mídia partidária pode também levar a uma distorção fundamental da democracia, como na Itália, onde um magnata da mídia dominando a televisão comercial – sem nenhuma experiência prévia no setor público – foi catapultado para a posição de direção do governo⁵⁶.

10 DILEMA NORTE-AMERICANO

Duas amplas estratégias têm sido adotadas para resolver esses problemas. Uma é a abordagem do mercado social: o apoio do Estado à mídia de minoria, tipificada pela imprensa seletiva e os esquemas de subsídio de filmes em vários países, sustentando assim a diversidade de mídia e a autoexpressão coletiva. A outra é a abordagem de serviço público: estimular a televisão e o rádio a servir a democracia – ao informar o público, aderindo às normas de jornalismo equilibrado, visando qualidade – através de regulamentação ou propriedade pública. Essas duas abordagens são parte de políticas populares na Europa, apoiadas pelos partidos Democrata Cristão e Social Democrata. A abordagem de serviço público também desfruta de forte apoio em alguns países democráticos na Ásia, África, Austrália e América Latina.

Contudo, o que parece ser comum em muitas partes do globo é profundamente controverso nos Estados Unidos. Em vez disso, os EUA tomaram um caminho diferente: o forte apoio a uma cultura de interesse público entre os profissionais de mídia norte-americanos de forma a contornar o Estado. Essa foi a estratégia de responsabilidade social promulgada pelo celebrado Relatório Hutchins. Embora tenha gerado convenções criticadas por acadêmicos norte-americanos radicais por promover jornalismo do Establishment nas mãos dos detentores do poder⁵⁷, ele facilitou o conflito entre o mercado e a democracia e alcançou certo equilíbrio para um melhor jornalismo.

No entanto, a “solução” Hutchins está se tornando cada vez mais sem solução. O poder e a autonomia profissionais da equipe de mídia norte-americana estão se enfraquecendo, e sua cultura de serviço público está sitiada. Isso coloca os democratas (com um “d”

minúsculo) em um dilema. Políticas seguidas ao redor do mundo não podem ser vislumbradas pelos EUA (parcialmente por causa da falha do seu sistema de PBS), e a estratégia norte-americana de responsabilidade social está com problemas. Parece que estará com problemas ainda maiores no futuro por causa das mudanças que estão ocorrendo na mídia norte-americana.

Qual é a solução? Encontrar uma não importa apenas para os norte-americanos. A qualidade da democracia e da mídia dos Estados Unidos é agora uma preocupação global, já que o país domina o mundo.

NOTAS

- 1 John Plunkett. 'It wasn't a stunt', *Guardian*, October 27, 2003.
- 2 Silvio Waisbord. *Watchdog Journalism in South America*. New York: Columbia University Press, 2000, p. 41-42.
- 3 Jeffrey Alexander and Ronald. N. Jacobs. 'Mass communication, ritual and civil society' in Tamar Liebes and James Curran (eds.) *Media, Ritual and Identity*. London: Routledge, 1998, p. 35.
- 4 David Protess, Fay Cook, Jack Doppelt, James Ettema, Margaret Gordon, Donna Leffand Peter Miller. *The Journalism of Outrage*. New York: Guilford Press, 1991, pp. 119-120.
- 5 *Ibid*, pp. 126-133.
- 6 Robert Leigh (ed.). *A Free and Responsible Press*. Chicago: University of Chicago Press, 1947 [Hutchins Report].
- 7 *Royal Commission on the Press 1947-1949 Report*, HMSO (Cmd. 7700), London, 1949, pp. 100-101.
- 8 *Ibid*, p. 101.
- 9 Thomas Carlyle. *On Heroes, Hero-Worship and the Heroic in History*. London: Chapman and Hall, 1907, p. 164.
- 10 Judith Lichtenburg (ed.) *Democracy and the Mass Media*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990; Brian McNair. An Introduction to Political Communication. 3rd edition, London: Routledge, 2003, chapter 2.
- 11 Jurgen Habermas. *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge: Polity, 1989 [in German: 1962].
- 12 Paddy Scannell. 'Public service broadcasting and modern public life'.

- In: *Media, Culture and Society*, 11(2), 1989; Nicholas Garnham. *Capitalism and Communication*, London: Sage, 1990; e Craig Calhoun (ed.) *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1992.
- 13 Helen Barker. *Newspapers, Politics and Public Opinion in Late Eighteenth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1998. Para uma sucinta e esquemática análise das teorias iniciais sobre liberdade de imprensa, veja John Keane. *The Media and Democracy*. Cambridge: Polity, 1991.
 - 14 Michael Schudson. *The Good Citizen*. New York: Free Press, 1998.
 - 15 Publicações úteis com análises que questionam implícita ou explicitamente princípios chave da teoria tradicional, algumas vezes a partir de posições opostas, incluem: C. Edwin Baker. *Media, Markets and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002; W. Lance Bennett and Robert Entman (eds.) *Mediated Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001; Timothy Cook. *Governing With the News*. Chicago: Chicago University Press, 1998; James Curran. *Media and Power*. London: Routledge, 2002; Herbert Gans. *Democracy and the News*. Oxford: Oxford University Press, 2003; Jurgen Habermas. *Between Facts and Norms*. Cambridge: Polity, 1996; Robert Hackett and Yuezhi Zhao, *Sustaining Democracy?* Toronto: Garamond Press, 1998; John Keane. *The Media and Democracy*. Cambridge: Polity, 1991; Robert McChesney. *Rich Media, Poor Democracy*. Urbana: University of Illinois Press, 1999; Thomas Meyer (com Lew Hinchman) *Media Democracy*. Cambridge: Polity, 2002; Michael Schudson. *The Good Citizen*, New York: Free Press, 1998; Michael Schudson. *The Sociology of News*, New York: Norton, 2003; John Street. *Mass Media, Politics and Democracy*. Palgrave: Basingstoke, 2001; John Zaller. 'A New Standard of News Quality: Burglar Alarms for the Monitorial Citizen', in *Political Communication*, 20, 2003.
 - 16 Introduções padrão debatendo a natureza e significado desta mudança no sistema de poder, a partir de diferentes perspectivas, são Leslie Sklair. *Globalization*, 3rd edition, Oxford: Oxford University Press; David Held et al. *Global Transformations*. Cambridge: Polity, 1999; David Held and Anthony McGrew (eds.) *The Global Transformations Reader*. 2nd edition, Cambridge: Polity, 2003; Frank Lechner and John Boli (eds.) *The Globalization Reader* 2nd edition, Oxford: Blackwell, 2004.
 - 17 Gladys Lang and Kurt Lang. *The Battle for Public Opinion*. New York: Columbia University Press, 1983.
 - 18 Protes et al., op. cit., 1991.
 - 19 19 Desta forma a Lei Fundamental (Article 39) do Estado Árabe determina 'a publicação de qualquer coisa que possa levar a fraturas internas é proibida' (citado por Street, op cit., 2001, p.250), enquanto

o governo Britânico conservador proclama, em contraste ‘uma mídia livre e diversa ... promove a cultura da dissidência, que qualquer democracia saudável deve ter’ (*Media Ownership: The Government’s Proposals*, HMSO, 1995, cm 2872, p.3).

- 20 Comentários adversos negativos e recorrentes podem claramente diminuir o envolvimento político. Mas o que Thomas Patterson chama ‘a política da antipolítica’ da mídia jornalística americana (T. Patterson. *The Vanishing Voter*. New York: Vintage, 2003) não corresponde a formas de comprometimento partidário da mídia.
- 21 Graham. Meikle. *Future Active*. New York: Routledge, 2002; W. Lance Bennett. ‘New Media Power: The Internet and Global Activism’ in Nick Couldry and James Curran (eds.) *Contesting Media Power*. Lanham: Rowman and Littlefield, 2003.
- 22 James Curran. ‘Global Journalism: A Case Study of the Internet’ in *Couldry and Curran*, op. cit., 2003.
- 23 Malcolm Maclean citado in ‘Journalism, Advocacy and a Communication Model for Democracy’ in M. Raboy and P. Bruck (eds.) *Communication for and Against Democracy*. Montreal: Black Rose Books, p. 170.
- 24 Leigh, op. cit. [Hutchins Report], 1947, p.20.
- 25 Para índices de audiência comparativos, ver Curran, op. cit., 2003, tabela 7.2, p. 190.
- 26 C. Edwin Baker. *Advertising and a Democratic Press*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.
- 27 Uma estratégia padrão para construir consenso, adotada por vários países, é desenvolver redes corporativas liberais de consulta e conciliação, intermediadas pelo Estado.
- 28 Para uma boa ilustração em relação ao jornalismo de negócios, ver Aeron Davis. *Public Relations Democracy*. Manchester: Manchester University Press, 2003.
- 29 Paul Manning. *News and News Sources*. London: Sage, 2001.
- 30 Manuel Castells. *The Power of Identity*. Oxford: Blackwell, 1996.
- 31 Yuezhi Zhao. ‘Falun Gong, Identity, and the Struggle over Meaning Inside and Outside China’, in Couldry and Curran, op. cit., 2003.
- 32 S. Thornton and K. Gelder (eds.) *The Subcultures Reader*. London: Routledge, 1996.
- 33 Este é o insight central do Birmingham Centre Youth Studies, cujo melhor exemplo é Dick Hebdige. *Subculture*. London: Routledge, 1979.

- 34 Martin Lister et al. *New Media*. London: Routledge, 2003; Mark Poster, *What's the Matter With the Internet*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.
- 35 Ross McKibbin. *Classes and Cultures*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- 36 Paul Gilroy. *There Ain't No Jack in the Union Jack*. London: Routledge, 2002.
- 37 Larry Gross. *Up from Invisibility*. New York: Columbia University Press, 2002; Jeremy Weeks. *Sex, Politics and Society*, 2nd edition, Harlow: Longman, 1989.
- 38 Hugh O'Donnell. *Good Times, Bad Times: Soap Operas and Society in Western Europe*. London: Leicester University Press, 1999.
- 39 Gross, op. cit., 2002; Myra Macdonald. *Representing Women*. London: Arnold, 1995; Terry Sanderson. *Media watch*. London: Cassell, 1995; Robert Ferguson. *Representing 'Race'*. London: Arnold, 1998.
- 40 Um bom estudo sobre isso, baseado na mídia canadense é R. Ericson, P. Baranek and J. Chan. *Visualizing Deviance*. Milton Keynes: Open University Press, 1987.
- 41 *Daily Mail*, 8 March, 2003.
- 42 Para exemplos de estudos feministas sobre a influência da mídia popular, ver entre outros Julie d'Acci. *Defining Women*. University of North Carolina, Chapel Hill, 1994 and Anna Gough-Yates. *Understanding Women's Magazines*. London: Routledge, 2003.
- 43 Leigh, op. cit., 1947, p. 27.
- 44 Alexander Meiklejohn. 'The Rulers and the Ruled' in Haigh Bosmajian (ed.) *The Principles and Practice of Freedom of Speech*, 2nd edition. Lanham: University Press of America, 1983, p. 276.
- 45 Carl Stepp. 'Access in a Post-Social Responsibility Age' in Judith Lichtenberg (ed.) *Democracy and the Mass Media*. Cambridge: Cambridge University Press.
- 46 Este argumento é especialmente bem defendido in Benjamin Compaine and Douglas Gomery. *Who Owns the Media?* 3rd edition. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2000.
- 47 Schudson, op.cit., 1998.
- 48 Zaller, op.cit., 2003.
- 49 Thomas Patterson. *Out of Order*. New York: Knopf, 1993; Patterson,

- op. cit., 2003; John McManus. *Market-Driven Journalism*. Sage, Thousand Oaks, 1994; James Hamilton. *All the News That's Fit to Sell*. Princeton: Princeton University Press, 2004, among others.
- 50 Citado in Steven Barnett and Andrew Curry. *The Battle for the BBC*. London: Aurum, 1994, p. 249.
- 51 Steven Barnett and Emily Seymour. *A Shrinking Iceberg Moving South*. London: Campaign for Quality Television, 1999, p.16.
- 52 James Curran and Jean Seaton. *Power Without Responsibility*, 6th edition. London: Routledge, 2003; S. Mclachlan and P. Golding. 'Tabloidization in the British Press: A Quantitative Investigation into Changes in British Newspapers, 1952-1997' in Colin Sparks and John Tulloch (eds.) *Tabloid Tales*. Lanham: Rowman and Littlefield, 2000.
- 53 Thomas Patterson. 'The Search for a Standard: Markets and Media'. In *Political Communication*, 20, 2003.
- 54 Franklin Gilliam, Shanto Iyengar, Adam Simon and Oliver Wright. 'Crime in Black and White: The Violent, Scary World of Local News' and Robert Entman, 'Modern Racism and Images of Blacks in Local Television News', both in Shanto Iyengar and Richard Reeves (eds.) *Do The Media Govern?* Sage, Thousand Oaks, 1997.
- 55 Mary Kelly, Gianpietro Mazzoleni and Denis McQuail. *The Media In Europe*. London: Sage, 2004; James Curran and Myung-Jin Park (eds.) *De Westernizing Media Studies*. London: Routledge, 2000; Waisbord, op.cit., 2000.
- 56 Paul Ginsborg. *Italy and its Discontents*. Allen Lane, Harmondsworth, 2001.
- 57 Por exemplo, Gaye Tuchman. *Making News*. New York: Free Press, 1978 and Mark Fishman. *Manufacturing the News*. Austin: University Texas Press, 1980.

JAMES CURRAN é professor da University of London (Inglaterra). É autor e organizador de mais de 20 livros sobre comunicação.

ARTIGO ORIGINALMENTE PUBLICADO EM JUNHO DE 2007.